

PALAVRAS DO DIRETOR

Burocracia(s) e (des)burocratização é o título do artigo de Wilson Pizza Junior, que abre este número. Nele o autor questiona a adequabilidade conceitual do termo desburocratização, tal como é usado no Programa Nacional de Desburocratização, na tentativa de demonstrar que o conceito não é simples nem de aceitação pacífica, como os procedimentos oficiais parecem considerar. Tomando como base o conceito weberiano de burocracia, o autor focaliza a razão funcional e a razão substantiva, analisando-as à luz de conceitos propostos por uma perspectiva dicotômica do conhecimento.

O autor analisa ainda alguns dos efeitos provocados pelo fenômeno burocrático como uma forma de manifestação de seus agentes, e procura avaliar a utilização adequada dos termos burocratização e desburocratização, apresentando as duas tendências existentes — a positiva e a negativa — esta última seguida pelo Programa Nacional de Desburocratização que, no entanto, atua dentro de uma perspectiva positiva como iniciador e responsável pela melhoria das relações entre a administração pública e a clientela.

A imagem do cliente e do servidor público: perspectivas para melhorá-la, de Rossi Augusta Alves Corrêa, reflete uma preocupação com a filosofia que tem norteado o Programa Nacional de Desburocratização, que defende o princípio da confiança e a presunção da veracidade. Com base em pesquisa realizada junto a funcionários e usuários de serviços públicos, a autora mostra o clima de desconfiança e falta de polidez que permeia as relações da máquina administrativa com os usuários de serviços públicos, enfatizando a necessidade de valorização de alguns conceitos fundamentais que propiciem uma mudança de índole cultural caracterizada pela confiança mútua, pela presunção da veracidade, pelo combate ao formalismo, pela abertura indispensável para dar, ao público, oportunidade de expressar seu inconformismo com o excesso de burocracia e a má qualidade dos serviços públicos.

Na mesma linha do artigo precedente, O contato com o público no Terceiro Mundo, de Charles T. Goodsell, lembra a necessidade de um estudo mais amplo desse tipo de relação nos países do Terceiro Mundo, sugerindo métodos que podem ser adaptados às peculiaridades de cada nação e fazendo alusão, a título de exemplificação, ao Programa Nacional de Desburocratização, o que mostra a posição pioneira do Brasil em relação à questão.

A preocupação dos autores de A repartição de encargos públicos entre níveis de governo é a redistribuição de parcelas do poder real, numa tentativa de reorganizar a divisão de competências entre as três esferas de governo de modo a reduzir os custos e aumentar os benefícios sociais. Ao mesmo tempo que criticam a atual divisão de encargos pelos níveis federal, estadual e municipal no Brasil, Fernando Rezende e Ana Maria Brasileiro propõem a adoção do critério das

escalas espacial, econômica, financeira, técnica e político-institucional que aplicam, a título de exemplo, a quatro funções governamentais: saúde, educação, serviços urbanos e transporte rodoviário.

A ampliação dos encargos públicos a nível estadual: o caso do Paraná, de Maria Luiza Marques Dias e Glória Fabisiewicz, tem por objetivo aumentar o entendimento de um problema que vem preocupando todas as unidades federativas: a conveniência ou não de uma repartição mais nítida de encargos públicos entre os três níveis de governo ou redefinição das atribuições governamentais.

O artigo focaliza inicialmente aquelas despesas do setor público paranaense que são responsáveis por um crescimento exagerado das suas atribuições, analisando as despesas da administração centralizada e da administração indireta, mediante uma avaliação comparativa entre os três níveis de governo e concluindo que a absorção de novos encargos teve papel preponderante não só na expansão dos gastos públicos do Paraná como na transferência da maior parte das novas responsabilidades para a administração descentralizada, representada principalmente pelo setor empresarial.

Em Encargos *versus* recursos — considerações preliminares sobre a viabilidade de propostas de redefinição das atribuições governamentais, os autores analisam a viabilidade financeira das propostas de redistribuição de encargos, que transferem maior parcela de responsabilidade a estados e municípios na formulação e execução de políticas governamentais.

Um levantamento da situação atual da repartição das responsabilidades pela execução das funções governamentais mostra, inicialmente, quanto é difícil identificar as responsabilidades normativas nos setores onde a fragmentação institucional é mais acentuada, analisando as repercussões financeiras dos esquemas alternativos de repartição de encargos propostos no artigo anterior.

Concluem, finalmente, que novos encargos oriundos de uma redistribuição de responsabilidade entre níveis de governo não podem ser sustentados por reforços oriundos de transferências ou por um progressivo aumento do endividamento, mas através do incremento da arrecadação tributária, instrumento indispensável para evitar a ociosidade da capacidade instalada ou a deterioração dos serviços, problemas que normalmente acompanham o enfraquecimento das finanças locais.

No sétimo artigo deste número, Ramon Moreira Garcia se propõe elaborar um diagnóstico organizacional baseado em requisitos funcionais subordinados a certos valores humanos, que se constituem em um conjunto de princípios éticos. Para tanto, o autor parte de uma análise em três etapas que visualizam os participantes da organização, a administração e os recursos estratégicos dentro de novas perspectivas: os primeiros são considerados seres autodeterminados, com capacidade para participar da transformação de seu mundo; a administração é definida como um processo de tomada de decisões críticas em relação a possíveis cursos de ação e os recursos estratégicos ou instrumentos de autodeterminação são criados para servir de apoio à viabilização de uma administração emancipadora.

A preocupação do autor é a descoberta de processos que permitam aos membros da organização uma atividade constante e dinâmica de ação-reflexão sobre a realidade.

Empresas públicas como instrumentos de política pública nos Estados Unidos, de Lloyd Musolf, é um dos raros estudos de caráter geral sobre a origem e características das empresas públicas nos EUA, especialmente a nível nacional

porque, segundo o autor, apesar de serem em pequeno número, se comparadas com aquelas a nível estadual e local, as despesas decorrentes de suas atividades são substanciais. Assim, apenas algumas empresas públicas a nível não-nacional, consideradas mais importantes, são também analisadas pelo autor que apresenta, neste artigo, alguns fatores responsáveis pela não-utilização, em larga escala, da empresa pública como instrumento de políticas estatais nos EUA, quase todos decorrentes de características culturais, sociais, políticas e econômicas do país. São apresentados pelo autor seu papel e significado, sua tipologia, sua relação com os objetivos governamentais a nível nacional, formas de fiscalização contábil, de controle, de administração e de financiamento de suas atividades, vinculação organizacional, limitações impostas aos salários de seu pessoal, e o papel desempenhado pelo presidente e pelo Congresso na sua administração.

Este número publica ainda a resenha bibliográfica do Prof. A. Bergamini de Abreu, onde ele analisa dois livros dedicados à análise e previsão do impacto dos computadores em diferentes aspectos da nossa civilização.

NOTA

Correções referentes ao artigo Alcance de controle: 50 anos depois, de A. Bergamini de Abreu, publicado na *RAP* n.º 2, abr./jun. 1984.

— na p. 127, 3.º §, leia-se:

“Assim, esse artigo, que acaba de completar o seu cinquentenário, seria, a partir da inserção (...).”

— na p. 133, 4.º §, leia-se:

“Nesse nível hierárquico, (...) de tradições e valores (...).”

— na p. 137, 3.º §, leia-se:

“Assim, por exemplo, (...); se, ao contrário, o seu valor se situar (...).”

— na p. 139, 7.º §, em vez de *work processing*, leia-se *word processing*.